



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO FNDE-
MEC-FUNDO NAC. DE DESENV. DA EDUCACAO/DF.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2024

OBJETO: RECURSO ADMINISTRATIVO

XM CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ n. 42.343.998.0001-77, com sede na Q 03 CONJUNTO 3A LOTE 47, JARDIM RORIZ (PLANALTINA) - BRASILIA - DF - CEP: 73340-301, devidamente representada neste ato por seu sócio administrador, **CLAUDEMIR XIMENES DE MENEZES** com o devido respeito e acatamento, comparece diante de V. S^a para interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Requer seja recebido o presente recurso no seu efeito suspensivo, e que haja o devido juízo de retratação por parte do Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Não havendo retratação da decisão por parte da Comissão, requer seja o recurso remetido à Autoridade Superior, para o devido julgamento, nos termos da lei.

RAZÕES DE RECURSO

ILUSTRE PREGOEIRO, DIGNÍSSIMA AUTORIDADE SUPERIOR.
DA DECISÃO RECORRIDA:

Em sessão eletrônica, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio declararam que a proposta cadastrada não possuía viabilidade financeira, desclassificando a empresa para que não participasse nos itens do grupo 08 e 11 do referido edital. Ao questionarmos sobre o motivo da inabilitação o órgão enviou um ofício em que menciona motivos, no entanto, tal parecer foi realizado somente com base no balanço patrimonial da empresa, nenhuma diligência foi realizada e nenhuma planilha de composição de custos

solicitada.

É perceptível que trata-se de decisão arbitrária que prejudica a licitante, sendo que a Administração deve oportunizar ao licitante que comprove a exequibilidade da proposta, bem como sua capacidade de executar os serviços de acordo com os critérios e condições exigidos no edital de licitação sob pena de ofensa ao objetivo de se assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O licitante deve ser convocado para apresentar de forma detalhada e plausível os seus custos, justificando os valores mais baixos, sob pena de ser desclassificado. A comprovação da exequibilidade da oferta deve ser feita documentalmente, por meio de planilhas de custos e demonstrativos que evidenciem que o valor ofertado é suficiente para cobrir as despesas de execução dos serviços pelo Contratado.

A administração prejudicou a empresa ao simplesmente desclassificá-la sem dar a oportunidade de apresentar documentação que comprove a execução da proposta, sendo assim, aproveitaremos essa oportunidade para anexar uma planilha de custos, para que possa ser feita uma análise correta das capacidades da empresa.

DO DIREITO

A licitação tem como escopo a garantia da observância do Princípio da Isonomia (consagrado no art. 5º, caput, da Constituição Federal, pelo qual “todos são iguais perante a lei”) e a escolher a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

Conforme os princípios Constitucionais, a escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos.

Em breve pesquisa à jurisprudência legal, é possível verificar que o Tribunal de Contas da União já discorreu sobre assunto parecido, no que entendeu que deve ser garantida aos licitantes a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de suas propostas. Em decisão que trata sobre o §§ 2º e 4º do art. 59 da Lei 14.133, disseram:

“(...) eventual valor muito inferior ao que foi previsto pela Administração no orçamento-base da licitação não é, por si só, indicador absoluto de inexecutabilidade da proposta, haja vista, por exemplo, a possibilidade de que referido valor orçado contenha equívocos ou a licitante consiga demonstrar sua capacidade de executar o objeto no valor por ela proposto”.

O acórdão também constatou, no caso examinado, uma diferença substancial entre o valor mínimo aceitável (75% do orçamento estimado) e a mediana das propostas desclassificadas. A partir disso, destacou a possibilidade de o próprio orçamento-base da licitação ser incompatível com os preços de mercado:

“No caso concreto, verifico que, além do grande número de desclassificações por suposta inexecutabilidade, ocorreu também uma diferença substancial de quase 27% entre o valor mínimo aceitável arbitrado pela UFRPE e a mediana das propostas desclassificadas. Referida diferença chama a atenção e induz o questionamento de que é possível que o orçamento-base da licitação esteja superavaliado”.

Além disso, o acórdão ressaltou que a oferta de valor mais reduzido em licitação pode decorrer de uma estratégia empresarial legítima, que não necessariamente implica a inexecutabilidade da proposta:

“(...) o Tribunal, em sua jurisprudência (Acórdãos 325/2007, 3092/2014, ambos do Plenário), apresentou exemplos de estratégias comerciais que podem levar uma empresa a reduzir sua margem de remuneração incluída em sua proposta de preços, a saber: (i) interesses próprios da empresa em quebrar barreiras impostas pelos concorrentes no mercado; ou (ii) incrementar seu portfólio; ou ainda (iii) formar um novo fluxo de caixa advindo do contrato. Em outras palavras, ainda que a proposta da licitante tenha sido inferior ao patamar de 75% do valor orçado pela Administração, a empresa pode ter motivos comerciais legítimos para fazê-lo, cabendo à Administração perquiri-los, dando oportunidade ao licitante para demonstrar a executabilidade do valor proposto”.

Sendo assim, além de ser um direito do particular, a possibilidade de demonstração de executabilidade da proposta pelo licitante pode ser identificado também como um instrumento de eficiência na contratação uma vez que, pela ação do particular, reduzem-se os riscos de exclusão indevida de proposta vantajosa em razão de seu

aparente caráter inexequível.

Assim, não apenas a fim de atender a interesse do particular licitante, mas, sobretudo, para assegurar a economicidade na contratação, deve a Administração, a fim de evitar a exclusão de proposta mais vantajosa:

- a) elaborar orçamento estimativo que reflita a realidade de preços praticados no mercado para o objeto a ser contratado, o que não aconteceu nesta licitação.
- b) descrever em edital quais os critérios serão levados em conta para o fim de qualificar como inexequível determinada proposta;
- c) explicitar os motivos que conduziram à conclusão de inexequibilidade da proposta previamente à desclassificação definitiva do particular.
- d) possibilitar ao licitante demonstrar a exequibilidade de sua proposta, ou seja, comprovar que dispõe de meios para, assegurando retribuição financeira mínima ou compatível em relação aos encargos que terá de assumir contratualmente, fornecer bem, com qualidade suficiente a atender plenamente a necessidade da Administração.

DOS PEDIDOS

Em face do exposto, e, com base nos argumentos invocados, REQUER na forma da Lei, o acolhimento e provimento do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, e, por consequência seja RETOMADA A SESSÃO E REFORMADA A DECISÃO DESTA RESPEITÁVEL EQUIPE DE APOIO AO PREGÃO NO SENTIDO DE QUE SEJA ACEITA ANALISADA A PLANILHA DE CUSTAS E FEITA NOVA ANÁLISE DE EXEQUIBILIDADE PELA EQUIPE RESPONSÁVEL, E QUE SOMENTE APÓS SEJA RETOMADA A SESSÃO DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90011/2024;

Que seja devidamente motivada a decisão tomada, caso se entenda pela manutenção da decisão da Equipe de Apoio, devendo o julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas.

Ainda, alertamos que em caso de indeferimento definitivo na esfera administrativa, dada a inobservância dos preceitos legais vigentes, temos a intenção de recorrer aos órgãos fiscalizadores e de controle por denúncia e representação, para assegurar o cumprimento das disposições legais vigentes. Nestes Termos, pede e espera deferimento.

Brasília, 19 de março de 2025.



XM
CONSTRUÇÕES
LTDA:42343998
000177

Assinado de forma
digital por XM
CONSTRUÇÕES
LTDA:42343998000177
Dados: 2025.03.19
17:58:57 -03'00'

Diretor: CLAUDEMIR XIMENES DE MENEZES
Empresa: XM CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 42.343.998/0001-77





Ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900011/2024

Objeto: O objeto da presente licitação é o Registro de Preço Nacional para futura e eventual aquisição de equipamentos de cozinha, por parte dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Entidades Executoras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Planilha de custo de nossa operação .

Item	Unidade	Descrição do Produto	Custo R\$:	Frete R\$:	Imposto R\$:	Valor de Venda R\$:	Lucro Líquido R\$:
8	Un	Refrigerador Vertical GRC-57 BR Frost Free 570 L - Gelopar	4.994,00	321,00	682,00	6.828,00	831,00 (14%)
11	Un	Fogão 6 bocas aco inox com duplo forno chapa 40x40 itajobi fogoes	3.429,00	350,00	548,00	5.489,00	1.162,00 (27%)

Brasília/DF, 19 de março de 2025.

XM CONSTRUÇÕES
LTDA:4234399800017
7

Assinado de forma digital por XM
CONSTRUÇÕES
LTDA:42343998000177
Dados: 2025.03.19 22:20:23 -03'00'

Diretor- CLAUDEMIR XIMENES DE MENEZES
Empresa: XM CONSTRUÇÕES LTDA